

Dinâmica da População e Desenvolvimento Econômico des Áreas Subdesenvolvidas

THOMAZ POMPEU ACCIOLY BORGES

Um fato prende, no mundo de hoje, a atenção de demógrafos e economistas: na maioria das áreas subdesenvolvidas a população passou a crescer a um ritmo extremamente rápido. Na América Latina, a taxa de crescimento demográfico já excede 20 por mil ao ano, atingindo mesmo 30 por mil no México, Salvador, Pôrto Rico e Venezuela. A razão é conhecida: mercê dos progressos da medicina e das técnicas modernas de combate às endemias, observa-se sensível declínio da mortalidade, ao mesmo tempo que permanece elevada e quase constante a taxa de natalidade.

Em alguns países subdesenvolvidos a taxa bruta de mortalidade caiu à metade na última década, igualando a dos países economicamente avançados. Assim, por exemplo, a taxa de mortalidade de Pôrto Rico desceu entre 1938 e 1950 de 18,6 a 9,9 por mil do Ceilão de 21,0 a 12,6, de Costa Rica de 16,9 a 12,2, México de 22,9 a 16,4. No Brasil ela diminuiu de 20% entre 1940 e 1950 e a taxa de mortalidade infantil experimentou declínio espetacular no Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal e em várias unidades do Nordeste e do Norte. Enquanto isso, a taxa de natalidade se mantém em regra acima de 40 por mil, chegando a 45 no México e Costa Rica e a 50 na Guatemala.

Dêsse fenômeno inteiramente novo e que veio alterar a tese outrora pacífica de que nas áreas subdesenvolvidas só a elevação da renda *per capita* fazia declinar a mortalidade, pois as doenças nelas reinantes eram sobretudo carenciais, surge o problema sério de suprir, em escala adequada, a uma população que cresce à razão de 2 a 3% ao ano, não apenas os bens de consumo e serviços de que carece, mas também os bens de capital — casas, equipamentos e instalações — para que se abrigue e produza. Nos países em que há condições de expansão econômica, a probabilidade é de que a população dobre em uma só geração. No Ceilão e no Pôrto Rico, para somente citar dois casos expressivos, a produção deve duplicar em menos de 30 anos para que o produto *per capita* se possa elevar.

Duas posições frente ao problema populacional — A complexidade dos problemas econômicos — criados pelo veloz crescimento da população nas áreas subdesenvolvidas deriva, em parte, das relações entre a população e a superfície territorial, ou ainda mais importante — entre aquela e os recursos naturais.

Muitos economistas acreditam que o crescimento acelerado da população freia o desenvolvimento econômico de alguns, senão de todos os países subdesenvolvidos, seja porque a população já é grande em relação aos recursos que podem ser rapidamente desenvolvidos, seja porque o próprio crescimento requer investimentos que criam demandas adicionais sobre a renda nacional, mas não contribuem para a melhoria do padrão de vida. Este seria o principal problema do Brasil, que, ao selecionar os investimentos, deveria dar prioridade aos que proporcionam alimentos para atender o incremento anual de 2,4% em sua população.

¹ Conferência de encerramento do "Curso de Atualização Geográfica" realizada em 16 de dezembro do corrente ano, sob o patrocínio da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Alguns economistas, porém, conquanto admitam as dificuldades originadas por intenso crescimento populacional, têm mais fé nas potencialidades do progresso técnico, salientando os benefícios decorrentes da maior aplicação das técnicas já conhecidas e de reformas sociais. Dão êles grande importância aos resultados que podem advir, recuperando terras esgotadas, melhorando os campos de cultivo, desenvolvendo indústrias e reorganizando os sistemas de distribuição e tenença da terra.

Outros ainda, olham o crescimento da população como possível veículo do progresso econômico, argumentando com as vantagens que um abundante suprimento de trabalho pode oferecer se se usam técnicas adequadas de produção e com males criados pela falta de exploração dos recursos naturais que freqüentemente caracteriza os países de baixa densidade de população, como é o caso do Brasil e de algumas de suas áreas subdesenvolvidas. E, finalmente, há os que, por motivos religiosos se opõem a qualquer limitação da natalidade.

Ai estão as duas posições conflitantes: *uns entendem que a solução do problema reside numa campanha contra a superpopulação, outros, baseados em razões técnicas, doutrinárias ou morais, opõem-se a tal campanha, ou a julgam desnecessária.*

Não é possível tomar partido, sem analisar bem a fundo as principais variáveis que interferem na dinâmica da população em sua conexão com o desenvolvimento econômico. É o que tentaremos a seguir.

O problema do potencial humano — Paradoxalmente, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos é a exigüidade de seu potencial humano. Uma dificuldade inicial origina-se da estrutura de idades da população, onde não há adultos suficientes. Ademais, em razão de certos costumes sociais, só uma parcela relativamente pequena da população adulta de alguns países subdesenvolvidos se acha disponível para empregos criadores de riqueza, se bem que nas suas ocupações tradicionais não se encontrem plenamente empregadas.

As deficiências qualitativas são ainda mais sensíveis. Em algumas áreas de baixo índice sanitário, só pequeno número de trabalhadores seria aceito, a prevalecerem padrões médicos rigorosos.

Para que se tenha uma idéia de como diferem as pirâmides populacionais, basta dizer que, nas áreas subdesenvolvidas, em conseqüência da alta natalidade, 40% da população têm geralmente menos de 15 anos, enquanto, nos países industrializados, essa porcentagem é de 22 a 30%; e a proporção de pessoas nas idades realmente produtivas (15 a 60 anos) é inferior a 60% do total nos primeiros e superior a 65% nos segundos. Em nosso país tais porcentagens são as seguintes: população com menos de 15 anos, 42%; de 16 a 60 anos, 54%.

Esta elevada sobrecarga de menores nos países subdesenvolvidos é atenuada pela prática habitual de lançá-los a uma idade precoce, no mercado de trabalho, sobretudo na agricultura. (No Brasil, por exemplo, para cada 7 homens na lavoura há 1 criança com menos de 15 anos). Por tal razão é que famílias numerosas são às vezes consideradas vantajosas para os pais. Todavia, êsse apêlo ao trabalho das crianças redundava em menor produtividade média, em sacrifício no nível educativo geral e às vezes, num tipo de exploração predatória, que sacrificava as gerações vindouras.

Mesmo com a utilização desse tipo de mão-de-obra, a proporção da força de trabalho no conjunto de população é tipicamente menor nos países subdesenvolvidos, do que nos mais avançados. Em nosso país, cada homem economicamente ativo sustenta em média dois inativos.

Poder-se-ia crer que a redução da mortalidade, aumentando a população jovem, piorasse a situação das áreas subdesenvolvidas, mas, como GIORGIO MORTARA mostra, no seu "custo de produção do homem adulto" a desvantagem

econômica dêste fato é mais que compensada pela vantagem resultante do acréscimo do número médio de anos de trabalho produtivo SAUVY² adverte que o raciocínio de MORTARA só se aplica às populações estacionárias, onde o número de nascimentos e o de óbitos se equivalem, envolvendo portanto, a admissão tácita de que uma diminuição da mortalidade é acompanhada por um declínio paralelo da fertilidade. A menos que êste último fato se verifique, a baixa da mortalidade não é de molde a melhorar a relação entre grupos produtivos e grupos dependentes ou improdutivos.

Despesas com assistência sanitária — Investimento de alta rentabilidade — No atinente às más condições sanitárias da maioria das áreas subdesenvolvidas seus efeitos econômicos não influem somente no número de trabalhadores, mas também na sua capacidade física. Estima-se que a malária afete cêrca de 300 milhões de pessoas no mundo causando a cada uma a perda média de 20 a 40 dias de trabalho por ano. Além desta endemia, a esquistossomose — o tracoma, a sífilis etc., têm efeitos econômicos dos mais prejudiciais. Por isto mesmo *as obras e serviços de assistência sanitária nas áreas subdesenvolvidas representam investimentos de alta rentabilidade, sob a forma de capacidade física acrescida de trabalho*.

WINSLOW³ refere que uma simples campanha antimalárica em certa área do Paquistão fêz aumentar de 15% a área cultivada de arroz. Na Palestina, a taxa de absentismo escolar, que em 1946 era de 40 a 50% em virtude da malária, reduzia-se a 3% em 1949, graças a uma campanha de DDT. E o absentismo do trabalho na indústria, que ali chegara a 35%, caiu a 2 e 4% no mesmo período.

Se é verdade que em muitos países subdesenvolvidos os investimentos em saúde pública merecem alta prioridade pelos motivos expostos, noutros o problema principal é a falta de alimentos, responsável pela baixa resistência às doenças e, portanto pela reduzida produtividade média. Assim, as prioridades a estabelecer no sentido do desenvolvimento econômico muito variam de país para país e até de zona para zona.

Nas áreas em que o suprimento de produtos alimentícios mal dá para as necessidades básicas um incremento de produção agrícola de subsistência é fundamental, tanto mais porque o setor primário é o que dá emprêgo ao maior segmento da população (dois terços e até mais em média).

Também nesse tocante as opiniões se dividem. Aham alguns que o aumento da produtividade agrícola é pré-requisito de uma industrialização em larga escala, visto que a transferência de mão-de-obra agrícola para os setores secundário e terciário só é vantajosa se os trabalhadores que permanecem no setor primário puderem produzir suficientes alimentos e matérias-primas para atender às necessidades mínimas do conjunto da economia, coisa particularmente difícil de lograr em países cujo nível de vida é baixo, a densidade da produção agrícola elevada e o crescimento demográfico muito rápido.

Outros entendem que a industrialização em larga escala é condição necessária para aumento da produtividade agrícola.

Esta diversidade de soluções preconizadas para países ou áreas que têm em comum a característica do subdesenvolvimento, explica-se pela circunstância de que, em alguns dêses, a pressão demográfica a tudo sobreleva, constituindo o fator primordial no equacionamento dos problemas, ao passo que, em outros, de população rarefeita, a falta de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e o baixo nível tecnológico representam as principais variáveis.

² "Implications of population trends in under-developed countries" (capítulo XV — redigido por SAUVY — de "The determinants and consequences of population trends", ONU)

³ "The cost of sickness and the price of health" (1951) p. 23

Neste particular, as situações diferem consideravelmente. Assim é que na Ásia a densidade da população agrícola por quilômetros quadrados de área cultivada atinge 147 (a média mundial é de 43, na América Central 25; na África 21, e na América do Sul 14 (no Brasil ela é de 68, e no Nordeste 90).

Os estudos sobre densidade e produção *per capita* da população agrícola de vários países evidenciam que, em regra, quanto mais alta a densidade, mais baixa a produção por trabalhador agrícola. Há, entretanto, exceções. É preciso sempre considerar o método de cultivo.

No Japão, por exemplo, segundo JOHNSON⁴ nos informa, de 1880 a 1920, duplicou a produtividade do trabalho agrícola, apesar do aumento da densidade da população agrícola, graças ao maior uso de fertilizantes e aos avanços tecnológicos.

A importância da tecnologia em relação à produtividade e à densidade é bem ilustrada no caso da África Oriental. A densidade média é baixa, mas a tecnologia corrente e as más condições sanitárias imperantes restringem a ocupação a somente pequena parte do território. Inversamente, em outras áreas subdesenvolvidas a densidade é alta, tendendo a deprimir a produção *per capita*, pois o trabalhador não tem suficiente terra para utilizar sua capacidade potencialmente produtiva. Por outro lado, quando a densidade da população agrícola se torna excessiva em relação aos recursos da terra, o valor do trabalho deprecia-se em comparação com outros fatores de produção. Neste caso, como é inevitável, a disponibilidade de mão-de-obra numerosa e de reduzido preço não favorece a introdução de métodos mais eficientes de cultivos, capazes de elevar a produção *per capita*.

Outro efeito nocivo de uma densidade agrícola excessiva reside na proliferação dos minifúndios, que aumentam a dependência dos trabalhadores agrícolas em relação ao latifúndio, e lhes conduzem o *status* social a um nível próximo da servidão.

A Índia é o país que mais ilustra a assertiva. Segundo GHOSH⁵ a área média de terra cultivada por trabalhador é apenas 2 hectares; na maior parte do país mais de 70% das propriedades agrícolas têm menos de 2 hectares e porcentagem substancial delas menos de 0,4 hectare. Em Bengala, a área média chega à insignificância de 0,4 hectare *per capita*, sendo que 0,6% de 0,8 hectare.

Em muitos países industrializados, a diminuição da densidade agrícola através da emigração coincide com a melhoria tecnológica e conseqüente aumento na produtividade agrícola. Nem sempre tal sucedeu, todavia. SAUVY refere o exemplo da Gasconha, onde a emigração fez decrescer a produtividade agrícola e o da Bretanha, em que se verificaram simultaneamente aumento da população e da produtividade.

Em conjunto, é da interrelação de uma série de variáveis — densidade da população agrícola, qualidade e conservação dos solos, clima, topografia e tipo de agricultura praticada — é que resulta o maior ou menor ritmo de desenvolvimento nas áreas rurais. No Brasil, por exemplo, a cultura extensiva, apoiada na prática de queimadas, de par com a relativa abundância de terras, têm promovido a depleção dos recursos naturais e estimulado a adoção de técnicas destrutivas.

O fenômeno do subemprego e da escassez de capital — Outra característica importante das áreas subdesenvolvidas é o fenômeno do subemprego. Ele atinge proporções incríveis em certos países. No Egito e na Índia, o homem do campo trabalha em média menos de 160 dias por ano⁶. Segundo estudo de

⁴ *Agricultural productivity* (1951)

⁵ *Pressure of population and economic efficiency in India* (1946) pp 43-44

⁶ HANDLEY, *The labour movement in Egypt* (1949) p 33

DAVIS⁷ sôbre a Índia, se a agricultura desta possuísse o grau de capitalização dos Estados Unidos, 200 milhões de pessoas poderiam ser retiradas da população agrícola da Índia e ainda resultaria um ganho líquido no produto agrícola *per capita* do país

No Brasil se se comparar a população de 15 a 59 anos com a população economicamente ativa, ver-se-á que havia em 1950 cêrca de 400 mil desocupados aparentes no campo (5% do total) e 625 mil nas cidades (12% do total). Se tais cifras não chegam a alarmar, são de molde a causar apreensão

Algumas áreas subdesenvolvidas apresentam problemas que lhe são bem peculiares *Na América Latina e, em particular, no Brasil, a ocupação econômica do hinterland é freitada pela ação dos especuladores de terra e pelo costume dos grandes proprietários usarem terras potencialmente agricultáveis em criação de gado*

Aos olhos do economista de feição heynesiano, tudo deriva da escassez de capital, que gera a famosa "conexão circular", tão bem analisada por NURKSE, e que poderia conduzir à estagnação econômica das áreas subdesenvolvidas: o estoque de capital é reduzido devido ao pequeno tamanho do mercado, o pequeno tamanho do mercado resulta do baixo nível de produtividade, o qual, por sua vez, decorre do reduzido estoque de capital

Para vencer êsse círculo vicioso, SCHUMPETER recomenda que se façam investimentos em muitas indústrias simultaneamente que possuam elevado grau de complementaridade, isto é, capazes de proporcionar mercado umas às outras

O importante, parece-nos, é saber distinguir entre as inovações tecnológicas que fazem crescer o rendimento por hectare e os que elevam o produto por trabalhador agrícola. Nos países subdesenvolvidos de alta densidade é inconveniente introduzir máquinas que economizam trabalho, pois aumentam o desemprego. A preferência será pelos investimentos que aumentem o rendimento por hectare, dando prioridade àqueles que representem pequeno dispêndio de capital

Quer no caso das áreas de alta densidade quer nos de baixa densidade, o grande obstáculo ao desenvolvimento econômico e social deriva da estrutura agrária defeituosa

No Egito, 2% dos proprietários possuem 50% da terra cultivada; na China de pré-guerra 4% daqueles controlavam 50% da superfície plantada, no Brasil 1% detêm quase 75% da área total dos estabelecimentos agrícolas

Tal situação torna impossível à massa rural obter benefícios de seu trabalho e conduz à estagnação econômica e social. Impõe-se, assim, a divisão dos latifúndios, como o meio mais eficaz de melhorar a produtividade e eliminar os grandes desníveis sociais, pois o parcelamento das grandes propriedades inexploradas conduz à mais intensa utilização do solo e ao soerguimento do *status* social do lavrador

A posse da terra e sua influência sôbre a atividade agrícola — Para mostrar o quanto a tenença da terra influi sôbre a atividade agrícola, citarei alguns dados numéricos

Segundo a Repartição Internacional do Trabalho, há na Índia 23 milhões de hectares de terra inaproveitáveis, embora agricultáveis, correspondendo a 26% do total da área cultivada. No Egito 800 mil hectares, significando 40% do total

No Brasil, o principal argumento dos que não querem enxergar a necessidade de uma redistribuição da propriedade fundiária é a suposta grande disponibilidade de terras não cultivadas. Mas não procede. Muita da terra sem cultivar não é agricultável e a maior parte da que tecnicamente o é encontra-se em regiões remotas ou inacessíveis. Trabalhar tais terras demanda, qua-

⁷ *The population of India and Pakistan* (1951) p. 210

se sempre, enormes inversões de capital, inclusive para desapropriá-las pelo valor especulativo do mercado, além de que não é fácil atrair colonos em virtude de elevado custo de transferência e instalação de suas famílias, bem como dos fatores climáticos, sanitários e sociais, nem sempre favoráveis

Simultaneamente com a reforma agrária, a industrialização é condição básica do progresso nas áreas subdesenvolvidas. A agricultura por si só não consegue elevar a renda *per capita*. Citam-se comumente a Dinamarca, a Nova Zelândia e a Austrália, como países que se tornaram ricos à custa das atividades primárias. Quem se der, porém, ao trabalho de compulsar os anuários estatísticos da ONU, verá que, contrariamente ao que em geral se imagina, a maior parcela da renda nacional desses países deriva da indústria. Nesta se concentra a maior parte da mão-de-obra. Além disso, a produção agrícola deles está voltada exclusivamente para o comércio exterior

Mercê da industrialização e do aumento da renda *per capita* por esta proporcionada, é possível a um país que não possui internamente um suprimento adequado de alimentos, importá-los do exterior, mediante a troca com manufaturas

O Egito, por exemplo, exporta tecidos em troca de alimentos, com o que alivia a pressão da população dedicada à produção de alimentos e de algodão

A necessidade de acelerar a industrialização das áreas subdesenvolvidas de rápido crescimento demográfico é bem ilustrada por este simples exemplo: na Índia, se a população e a indústria continuarem a crescer no ritmo observado no decorrer do atual século, serão precisos 90 anos para que ela atinja a produção industrial *per capita* alcançada pelo Japão em 1938, a qual era apenas 1/5 da norte-americana ⁸

A escassez de capital financeiro, de equipamento técnicos e de poupança, constitui o principal obstáculo à industrialização. Não basta elevar-se a poupança: é mister canalizá-la para os investimentos produtivos. Lembremos que a Índia é citada como o país do mundo que mais amalha ouro

Torna-se extremamente difícil calcular, mesmo de forma aproximada, a quantidade de capital necessária para um programa de desenvolvimento econômico de um país subdesenvolvido. Um método usual, embora arbitrário, é calcular o capital existente *per capita* ou por trabalhador nos países avançados e aplicar esta relação às populações dos países subdesenvolvidos, considerando desprezível o capital existente nestes últimos

Segundo SAUVY,⁹ a adoção deste critério levaria a fixar em mil a dois mil dólares por trabalhador o capital necessário para promover o desenvolvimento da Ásia, o que significaria um montante global de 425 a 850 bilhões de dólares, ou seja 1,5 a 3 vezes a renda nacional dos Estados Unidos.

Valendo-me da série nacional do capital reprodutível levantada pelo grupo misto BNDE-CEPAL, para o período de 1948 a 1953, estimei em 73 mil cruzeiros (a preços de 1958) o investimento médio necessário para assegurar emprêgo, ao nível tecnológico atual, à mão-de-obra que cada ano ingressa no mercado de trabalho de nosso país. Como vêem, tal valor, à base da paridade atual, é praticamente igual ao limite mínimo avaliado por SAUVY para a Ásia

Um estudo de STALEY¹⁰ sobre a experiência do Japão conduz à cifra da mesma ordem de grandeza da encontrada por SAUVY

A relação renda-capital e os países subdesenvolvidos — Mesmo conseguindo elevar a taxa de poupança e assim obter o capital necessário para a industria-

⁸ HILGERT *Industrialization and foreign trade* (1945) p. 58

⁹ *Théorie générale de la population* (1952) pp. 291, 293

¹⁰ *World economic development* (1944), capítulo 4

lização, resta o problema de elevação da produtividade média do trabalho e da relação renda-capital, que são baixas nos países subdesenvolvidos

COLLIN CLARK¹¹ estimou que em países com uma produção média homem-hora de 0,10 unidades internacionais (1 unidade internacional equivale a 1,5 dólar), a relação média da renda-capital é 0,22, com o resultado de que 4% da renda nacional deve ser poupada para permitir 1% de aumento na produção, supondo que a população permaneça constante. Enquanto isso, os países desenvolvidos, com a produção média de 1 unidade internacional homem-hora, oferecem uma relação de renda-capital igual a 0,28, necessitando assim uma poupança inferior para lograr o mesmo 1% de acréscimo no produto.

A média calculada por COLLIN CLARK para a produtividade de média dos países subdesenvolvidos — a mesma, aliás, utilizada por SINGER em seus estudos,¹² surpreende-nos um pouco, pois o referido grupo misto BNDE-CEPAL encontrou um valor de 0,52, ou seja, quase 2,5 vezes maior, no caso do Brasil.

Partindo da hipótese de que a relação renda-capital, isto é, a produtividade média do capital cresce quando a renda *per capita* cresce e de que todos os acréscimos de capital sejam resultantes de poupanças internas, COLLIN CLARK deduziu que, para uma população constante, a quantidade de poupanças necessárias para obter 2% de aumento anual na renda nacional seria cerca de 3% desta última para um país desenvolvido como os Estados Unidos, e perto de 8% para um país pouco desenvolvido como a Índia. Admitindo 1% do crescimento anual da população, a poupança necessária seria 7% para os Estados Unidos e 13% para a Índia.

Para uma discussão em maior profundidade das variáveis — produtividade, taxa de poupança e taxa de crescimento demográfico — basta apelar para a famosa equação-dinâmica de DOMAR-HARROD, segundo a qual a taxa de aumento anual de renda real *per capita* é igual ao produto da produtividade pela taxa de crescimento demográfico dividido tudo por esta última acrescida da unidade.

Outro *handicap* desfavorável à industrialização das áreas subdesenvolvidas é a já mencionada estrutura típica de idades, que faz aumentar a carga de dependentes e distrair recursos de investimentos para o consumo destes últimos. Sendo alta nessas áreas a mortalidade das crianças, ainda mais se agrava o problema. GHOSH¹³ estima que na Índia o dispêndio com a manutenção de jovens que morrem antes de atingir uma idade produtiva absorve recursos equivalentes a 22% da renda nacional.

A redução da mortalidade excessiva diminuiria tal sangria econômica, mas só uma redução apreciável da fertilidade humana poderia determinar uma composição etária mais propícia nos países subdesenvolvidos.

Por outro lado, o crescimento rápido da população, em cuja pirâmide de idades predominam as crianças, requer investimentos consideráveis para educá-las até a idade produtiva.

SAUVY¹⁴ calculou esse custo, primeiro em unidades monetárias e depois em anos de trabalho, concluindo que o custo da educação era de 5 1/2 anos de trabalho, na França (exclusive a contribuição materna) e de 3 a 4 anos nos Estados Unidos. Nos países subdesenvolvidos, como o nosso, o custo é provavelmente menor, pois as crianças começam a trabalhar mais cedo.

Política fiscal e investimentos — Outro ponto importante a salientar é a necessidade de planejamento a da adoção de uma política fiscal orientada para a melhor captação de recursos. As poupanças voluntárias jamais formarão

¹¹ *The conditions of economic progress* (1940)

¹² *Revista Brasileira de Economia*, março de 1953

¹³ *Pressure of population and economic efficiency in India* (1946) p. 22

¹⁴ *Théorie générale de la population* (1952) p. 326

capital a uma taxa suficientemente elevada para promover o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. SPENGLER¹⁵ informa-nos que na Índia elas mal atingem 3% da renda nacional, quando era mister 11% para obter 3% de incremento na taxa de crescimento da renda *per capita*, com uma população aumentando de 1% ao ano THAKURDAS¹⁶ acha que não mais de 6% da renda nacional da Índia seria disponível para investir anualmente em futuro próximo, mas outros entendem que, se fôsse adotada uma política adequada pelo governo, aquele país poderia economizar até 20% de sua renda. Quando a GHOSH, estima a taxa de poupança da Índia em 8% no *laissez-faire* e 15% num sistema de economia planificada.

COLLIN CLARK avalia que o Japão, para evoluir, em 70 anos, da condição de país atrasado, feudal, a líder industrial do Extremo Oriente, teve que poupar em média 20% de sua renda (ou de 10% a 17% segundo STALEY) Diz-se que o Japão pôde industrializar-se porque vendeu, poupou, investiu e despendeu sãbiamente

Na maioria dos países subdesenvolvidos há consideráveis recursos de renda que seriam fontes apreciáveis de capital, caso fôssem distraídos de seus usos tradicionais. Em nosso próprio país, estima-se que somente 50% de suas poupanças internas são aplicadas em investimentos genuinamente produtivos

Esse verdadeiro desperdício de poupanças talvez ocorra, porque, até agora tem sido relativamente fácil captar poupanças externas, através de empréstimos. Segundo COLLIN CLARK, os Estados Unidos, o Canadá, os países mais ricos da Europa, a URSS e o Japão dispõem de 45 bilhões de dólares de poupanças anualmente, acima do que poderiam facilmente absorver em investimentos domésticos. E os países de escassas poupanças, principalmente os da América Latina, África e Ásia, seriam capazes de absorver 19 bilhões, além dos 11 que obtêm em casa

Como vimos, o aumento da renda real *per capita*, que comanda e mede o progresso econômico de um país ou região, resulta de um processo cumulativo de capital. Há que investir e investir bem — nos setores e nos empreendimentos de maior rentabilidade, através da mais feliz conjugação dos fatores de produção.

Não raro, todavia, o econômico colide com o social. Este é o drama do administrador, do banqueiro, do empresário, que hesitam ante dilemas dessa ordem: onde investir? No Sul do país, onde as terras são férteis, a energia é abundante, a mão-de-obra qualificada e o mercado de grandes dimensões, ou no Nordeste semi-árido, falto de recursos, de trabalhadores bisonhos e populações de fraco poder aquisitivo?

Que mais convém? Construir hospitais e escolas, distribuir leite às crianças, ou abrir estradas, montar siderúrgicas e usinas hidrelétricas?

Dar prioridade à indústria, dela esperando os equipamentos e os fertilizantes de que a agricultura carece para sua modernização, ou realizar uma reforma agrária capaz de romper essa armadura latifundiária que estrangula a produção e a mantém atada a uma tecnologia obsoleta?

Num país que ainda espera a solução de seus problemas de base e de poupanças tão escassas, a boa política parece se investir de preferência naquilo de que resulte um bem para o maior número. Os grupos vulneráveis no Brasil abrigam milhões de seres e, dada a exigüidade dos recursos financeiros disponíveis, só pequena minoria poderá ser beneficiada por qualquer plano de assistência, seja de que tipo for alimentar, médica, etc.

Esta hesitação ante os melhores critérios de investimentos não significa admitir, como tantos o fazem, supostos conflitos de interesses, autonomias ima-

¹⁵ *Economic factors in the development of density populated areas* (1951) pp 30, 31

¹⁶ *A brief memorandum outlining a plan of economic development for India* (1944)

ginárias entre segmentos da economia nacional, lançando agricultores contra industriais, exportadores de bens primários contra importadores de bens capitais.

Dinâmica econômica e social do Brasil — Um Brasil novo, industrial, emerge aos poucos dessa carapaça incômoda que é a sua velha e combalida infraestrutura agrária. Novos conceitos de valor substituem os superados estereótipos que se foram cristalizando na mente atrasada das populações escravas do latifúndio.

Essa irrupção vitoriosa das forças produtivas não se faz sem choques e atritos. Forcejam por subsistir camadas sociais que cumpriram, em determinado momento histórico, sua missão, mas hoje são meros escombros de um mundo prestes a desaparecer. Os refochos dessa complexa dinâmica social, que a sensibilidade do sociólogo, do educador, surpreende sem muito esforço, passam quase sempre despercebidos ao economista, hermético nas suas concepções keynesianas, atento apenas aos vaivéns da micro-economia, dos grandes agregados, às mutações do barômetro da renda nacional, do nível de investimentos e quejandas variáveis.

Alguns economistas — e nesse grupo se inscrevem aquêles que, egressos de outras profissões, erigem a economia em ciência quase misteriosa, inacessível ao comum dos mortais, dela se valendo para subir as escadarias dos palácios das finanças — não acreditam no Brasil industrial, falam-nos da necessidade de exportar, de elevar a produtividade agrícola, mas recusam espavoridos ante qualquer menção de reforma agrária. Acreditam que qualquer limitação no direito de propriedade terminará por abalar as colunas mestras em que repousa todo o arcabouço econômico-social do Brasil.

Outros deslumbram-se facilmente com o espetáculo de um país cujo produto nacional *per capita* cresce à razão de 3% ao ano — ritmo superior, portanto, ao *trend* secular da economia lanque — e com a visão das siderúrgicas e fábricas que se vão multiplicando. Não vêem, não sentem que o processo de acumulação de riquezas pouco beneficia as grandes massas populacionais do Brasil — ainda padecendo intensamente dos males do subdesenvolvimento — e que a maior lucratividade dos novos investimentos reverte em proveito de grupos poderosos e minoritários, os quais resistem o quanto podem a quaisquer medidas — mesmo suaves de redistribuição de renda.

Quem, no Brasil, se disponha a analisar seu processo de desenvolvimento com as armas da inteligência e do amor à verdade, quem seja capaz de debruchar-se cordialmente sobre o drama dos necessitados, terá simultaneamente de rejubilar-se com a renovação industrial de nossa pátria e lutar para extinguir, de vez, os abomináveis resquícios desta civilização de enxada e de queimadas que cerceia, que impede o surgimento de um mercado interno capaz de absorver as manufaturas que nossas fábricas vão despejando de forma crescente